

O decreto do pacote vai ao Congresso. Sai logo?

12 MAR 1986

O decreto-lei da reforma econômica será enviado hoje ao Congresso pelo presidente Sarney, que também vai apresentar a proposta de lei tornando inafiançáveis os crimes contra a economia popular. Se for aprovada, essa lei garantirá a prisão de todos os responsáveis, direta ou indiretamente, pela remarcação de preços — e sem direito a fiança.

A urgência da tramitação do decreto-lei, contudo, ainda é dúvida: o presidente do Congresso, senador José Fragelli, defende a votação imediata, e com isso o presidente Sarney concorda. As lideranças do PMDB, porém, preferem aguardar mais tempo, convencidas de que a época oportuna seria

quando surgissem sinais de que o entusiasmo popular com as medidas estaria diminuindo — e a votação das reformas, no entender desses líderes, seria um fato novo, “capaz de despertar novamente a atenção da sociedade”.

Fragelli pretende convencê-los do contrário. Garantiu ontem que assim que receber a mensagem presidencial a leitura do decreto-lei será imediata. Pelas informações da assessoria da Mesa, chegando hoje o decreto será lido amanhã à tarde e imediatamente serão designados 11 senadores e 11 deputados que comporão a comissão mista. O órgão terá 20 dias para emitir seu parecer e mais quatro para a deliberação do plenário,

após o que, caso não haja votação, a matéria será considerada aprovada por decurso de prazo. Mas Fragelli assegura que isso não acontecerá.

Propostas

O dia escolhido para enviar a mensagem presidencial ao Congresso também vai marcar a primeira reunião do Conselho Político do governo este ano. Sarney aparecerá fortalecido pelo apoio popular que vem recebendo, mas isso não inibirá os representantes do conselho de fazer sugestões. O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, pretende solicitar modificações na legislação trabalhista, em especial uma nova lei de greve o mais rápido possível e ain-

da vai apresentar um projeto de sua autoria que dispõe sobre a estabilidade no trabalho.

Outras sugestões serão apresentadas. O secretário-geral do PMDB, deputado Cardoso Alves, já enviou a sua, em que destaca a necessidade de adoção de medidas que protejam os pequenos investidores, que tinham em seus rendimentos a fonte de sobrevivência. “Não se pode passar de um sistema a outro ignorando a situação das pessoas que ficaram numa situação muito difícil”, justificou Cardoso Alves.

Sem mágoas

Apesar de alguma resistência dentro do PMDB quanto à tramitação urgente do decreto-lei no Con-

gresso, o ministro Paulo Brossard, da Justiça, acredita que não haverá divergências. Todas as que havia, segundo ele, foram “superadas” antes da decretação do programa de reformas: “Hoje, o partido está totalmente unificado em torno do presidente Sarney”.

Não é bem assim. O presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, já avisou que o partido não vai apoiar incondicionalmente o governo em função do pacote econômico, embora esteja de acordo com a iniciativa. Ulysses defende que o PMDB deve preservar sua linha de independência: “O plano de inflação zero não esgota as bandeiras do partido”.

De qualquer forma, as novas

medidas econômicas serão responsáveis por muitas modificações — ao menos pelo aumento do interesse dos prefeitos brasileiros em participar do X Congresso Nacional de Municípios, que começa hoje em Niterói. Dos 4.116 prefeitos espera-se o comparecimento de três mil. Para garantir o êxito do Congresso, os organizadores lançaram uma isca infalível: anunciaram a presença dos “economistas do pacote” para responder aos itens mais importantes às administrações municipais. E nem as críticas do governador do Rio, Leonel Brizola, desestimularam os participantes. Afinal, o próprio prefeito do Rio, Saturnino Braga, colocou os recursos municipais disponíveis para fiscalizar os preços.